



RESULTADO AGENDA LEGISLATIVA

4 A 8 DE ABRIL DE 2022

Atualizada em 08/04/2022 11:47

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

REQ 8400/2018 => PL 6812/2017 - Requer regime de urgência urgentíssima, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para o Projeto de Lei nº 6.812, de 2017, que "Dispõe sobre a tipificação criminal da divulgação ou compartilhamento de informação falsa ou incompleta na rede mundial de computadores e dá outras providências." (O requerimento trata da urgência da tramitação do **PL 2630/2020**) Item incluído após o envio da agenda

Autor: Jovair Arantes PTB/GO

Resultado: Rejeitado o Requerimento de Urgência, evitando-se a deliberação do PL 2630/2020.

REQ 2721/2021 – Requer nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do **PL 2630/2020**, do senador Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE, que que "Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Item passível de inclusão na Pauta.

Resultado: Item não incluído em pauta. Mesmo teor do Requerimento acima.

PL 4513/2020 - Institui a Política Nacional de Educação Digital e insere dispositivos no art. 4º da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional. Pendente de parecer das Comissões de: Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Educação; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Autor: deputada Angela Amin (PP/SC)

Relator: deputado Israel Batista (PV/DF)

Parecer: Pela aprovação na forma de substitutivo

Resultado: Não apreciado.

PL 1998/2020 - Autoriza e define a prática da telemedicina em todo o território nacional.

Autor: deputada Adriana Ventura (NOVO/SP) e outros.

Relator: pendente

Parecer: pendente

Resultado: Não apreciado.

PL 454/2022 - Altera a Lei Geral de Proteção de Dados e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para autorizar o compartilhamento dos dados e microdados brutos do Censo Escolar.

Autor: deputado Tiago Mitraud (NOVO/MG)

Relator: pendente

Parecer: pendente

Resultado: Não apreciado.

PEC 13/2021 (Fase 1 - CD) - Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para determinar que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como seus agentes públicos, não poderão ser responsabilizados pelo descumprimento, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autor: Senado Federal - Marcos Rogério DEM/RO

Relator: deputado Tiago Dimas - PODE/TO

Parecer: pendente

Resultado: Não apreciado.

Quarta-feira (06/04)

PEC01321 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2021, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS PARA DETERMINAR QUE OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS, BEM COMO SEUS AGENTES PÚBLICOS, NÃO PODERÃO SER RESPONSABILIZADOS PELO DESCUMPRIMENTO, NOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2020 E 2021, DO DISPOSTO NO CAPUT DO ART. 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (Reunião Deliberativa Extraordinária (virtual))

PEC 13/2021 (Fase 1 - CD) - Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para determinar que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como seus agentes públicos, não poderão ser responsabilizados pelo descumprimento, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autor: Senado Federal - Marcos Rogério DEM/RO

Relator: deputado Tiago Dimas - PODE/TO

Parecer: pela aprovação.

Resultado: Aprovado o Parecer. A matéria vai ao Plenário.

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

PDL 254/2021 - Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América referente a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (Acordo RDT&E), assinado em Miami, em 8 de março de 2020.

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relator: Senador Roberto Rocha – PTB/MA

Parecer: pendente.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício.

MSF 92/2021 - Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 1997, a escolha do Senhor CARLOS MANUEL BAIGORRI, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações- ANATEL, na vaga decorrente do término do mandato de Leonardo Euler de Moraes.

Autor: Presidência da República

Relator: Senadora Daniella Ribeiro – PP/PB

Parecer: pronto para deliberação

Resultado: Indicação aprovada.

MSF 91/2021 - Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 1997, a escolha do Senhor ARTUR COIMBRA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações- ANATEL, na vaga decorrente da indicação do Senhor Carlos Manuel Baigorri para o cargo de Presidente do Conselho Diretor da ANATEL.

Autor: Presidência da República

Relator: Senador Roberto Rocha – PTB/MA

Parecer: pronto para deliberação

Resultado: Indicação aprovada.

Terça-feira (05/04)

CI - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (2ª Reunião Ordinária Semipresencial)

MSF 92/2021 - Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 1997, a escolha do Senhor CARLOS MANUEL

BAIGORRI, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações- ANATEL, na vaga decorrente do término do mandato de Leonardo Euler de Moraes.

Autor: Presidência da República

Relator: Senadora Daniella Ribeiro – PP/PB

[Parecer](#): pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada.

MSF 91/2021 - Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 1997, a escolha do Senhor ARTUR COIMBRA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações- ANATEL, na vaga decorrente da indicação do Senhor Carlos Manuel Baigorri para o cargo de Presidente do Conselho Diretor da ANATEL.

Autor: Presidência da República

Relator: Senador Roberto Rocha – PTB/MA

[Parecer](#): pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada.

Quarta-feira (06/04)

CSP - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA (1ª Reunião Extraordinária Semipresencial)

PL 2666/2021 - Altera o art. 133-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); e o art. 62 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever a utilização de equipamentos informáticos, celulares ou similares apreendidos pelos órgãos e entidades da educação básica obrigatória e da educação infantil.

Explicação: Altera o Código de Processo Penal e a Lei de Drogas, para garantir aos alunos da educação básica e infantil a prioridade na utilização de equipamentos de informática, celulares e similares apreendidos.

Autor: Senadora Simone Tebet - MDB/MS

Relator: Senador Rogério Carvalho – PT/SE

[Parecer](#): favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o relatório, a matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (8ª Reunião Ordinária)

PEC 110/2019 - Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Explicação: Estabelece reforma tributária, para extinguir tributos e criar o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS).

Autores: Senador Davi Alcolumbre - DEM/AP e outros

Relator: senador Roberto Rocha - PSDB/MA

[Parecer](#): favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, com acatamento integral ou parcial das Emendas de números 5, 7, 11, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 31, 32, 36, 46, 53, 63, 71, 72, 73, 77, 84, 88, 91, 94, 99, 118, 119, 121, 122, 130, 132, 133, 135, 147, 150, 152, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 182, 184, 188, 194, 197, 211, 215, 218, 219, 220, 222, 230, 231, 232, 233, 240, 242, 245, 246, 248 e 250, e rejeição das demais, na forma do substitutivo apresentado.

[VTS](#)

Resultado: Reunião cancelada.

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (12ª Reunião Extraordinária Remota)

Audiência Pública – Instruir o Projeto de Lei nº 4223, de 2021, que “dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde”.

Resultado: Realizada.

Quinta-feira (07/04)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (8ª Reunião Extraordinária Semipresencial) Pauta divulgada após o envio da agenda

REQ 23/2022 - CE - Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, de acordo ainda com o art. 264, IV de seu Regimento Interno (Resolução-TCU nº 246, de 30 de novembro de 2011), que informe sobre a aplicação da Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021 e o uso dos recursos da União pelos Estados, especificamente sobre os seguintes pontos: 1. O § 6º do art. 3º da Lei nº 14.172/2021 prevê a aplicação excepcional dos recursos de contratação de soluções de conectividade móvel para contratação de serviços de conectividade para as escolas da rede pública de ensino. Considerando a mudança de cenário da pandemia, com o retorno gradual dos estudantes para o ensino presencial, há possibilidade de flexibilização da exceção para que os recursos sejam aplicados prioritariamente para a conectividade das escolas e como deve ser realizada a prestação de contas de estados e municípios para justificar essa flexibilização? 2. Os recursos recebidos em decorrência das transferências previstas na Lei poderão ser utilizados para ampliação de contratos já em andamento para conectividade móvel e conectividade das escolas? 3. Os planos de trabalho fornecidos ao FNDE podem ser alterados após a transferência do recurso, por exemplo, modificando os percentuais de despesas de custeio e capital? 4. Considerando que a lei não definiu os critérios para transferência dos recursos dos estados para os municípios, cada ente federado poderá definir seus parâmetros de transferência? Existe óbice para que o Estado opte por não transferir o recurso para os seus municípios? 5. Considerando a dificuldade em identificar os beneficiados por meio da lista do CadÚnico, uma vez que está desatualizada, existe alternativa para definir os beneficiários das ações ou poderá ser utilizada a lista com os dados desatualizados? 6. Diante do silêncio do Decreto nº 10.952, de 2022, sobre o prazo para que os recursos e os rendimentos não aplicados, os saldos remanescentes e os seus rendimentos sejam restituídos à Conta Única do Tesouro Nacional, como estados e municípios deverão proceder para realizar a restituição?

Autor: Senador Alessandro Vieira - PSDB/SE

Resultado: Aprovado.

CDIR - COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL (1ª Reunião Ordinária) Pauta divulgada após o envio da agenda

REQ 11/2021 - CCT - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, informações sobre a Lei de Informática.

Autores: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo – MDB/PB

[Parecer:](#) pela aprovação

Resultado: Aprovado.

REQ 18/2021 - CCT - Requer Informações ao Ministro de Estado das Comunicações relativas a atos do Poder Executivo que tratam da política pública para a implantação das redes móveis de quinta geração (5G) no Brasil.

Autores: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo – MDB/PB

[Parecer:](#) pela aprovação

Resultado: Aprovado.

RQS 2071/2021 - Requer informações ao Ministro de Estado da Economia para maior transparência ao debate do [Projeto de Lei nº 2337, de 2021](#) (*Altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido*).

Autor: Senador José Aníbal - PSDB/SP

Relator: Senador Elmano Férrer – PP/PI

[Parecer:](#) pela aprovação

Resultado: Aprovado.

RQS 72/2022 - Informações ao Senhor Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Autor: Senador Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE

Relator: Senador Rogério Carvalho – PT/SE

Parecer: pela aprovação

Resultado: Aprovado.

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (4ª Reunião Extraordinária Semipresencial) Pauta divulgada após o envio da agenda

REQ 7/2022 - CCT - Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os avanços tecnológicos e inovações para a prevenção de desastres naturais, aplicados à defesa civil e sua estrutura logística, em áreas urbanas ou turísticas.

Autor: Senador Rodrigo Cunha - PSDB/AL

Convidados:

- Representante do Ministério Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações;
- Representante do Ministério do Meio Ambiente,
- Representante do Ministério da Defesa;
- Representante do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- Representante da Universidade Federal de Alagoas- UFAL; e
- Representante do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN; e Representante da Embaixada do Japão.

Resultado: Aprovado.

REQ 8/2022 - CCT - Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as soluções tecnológicas para a melhoria dos indicadores educacionais.

Autor: Senador Rodrigo Cunha - PSDB/AL

Convidados:

- Representante do Ministério da Educação;
- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;
- Representante do Movimento Todos pela Educação;
- Representante do Instituto Ayrton Senna;
- Representante da Fundação Lemann;
- Representante de organização ligada a tecnologias na educação;
- Representante de organização ligada a tecnologias na educação; e
- Representante de organização ligada a tecnologias na educação.

Resultado: Aprovado.